

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhores acionistas, A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2022 e 2021, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria (www.elfsm.com.br), sendo ainda publicado em mídia na cidade e no Estado de sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE - Em 2022, o mercado consumidor da Santa Maria registrou queda de 1,8% em relação a 2021, que havia registrado crescimento de 8,6% em relação a 2020, conforme detalhado na seção "6 - desempenho operacional". Registramos EBITDA ajustado de R\$ 31.800 (R\$ 34.900 em 2021), e lucro líquido de R\$ 22.021 (R\$ 25.954 em 2021), conforme apresentado na seção "5 - desempenho econômico e financeiro". Investimos R\$ 14.800 (R\$ 13.800 em 2021) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,93) e FEC (4,24) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,38 e 7,92, respectivamente), assim como as perdas totais (9,27%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (10,99%). Outro fato importante foi o reajuste tarifário anual de 2022, que resultou no aumento de 20,04% na tarifa média para o consumidor, sendo 15,5% concentrado na Parcela A, 2,42% na Parcela B e 2,12% em itens financeiros. O ano de 2022 também foi marcado pela conquista de duas premiações muito importantes. A Santa Maria foi vice-campeã do Prêmio Abradee nas categorias "Gestão Operacional" e "Avaliação pelo Cliente" para empresas com até 500 mil consumidores. O resultado da premiação reflete o empenho e a dedicação de nossas equipes em oferecer um serviço de qualidade aos nossos clientes. Para finalizar, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias. **Arthur Arpini Coutinho - Diretor-Presidente.**

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2022 - Prêmio ABRADEE - A Santa Maria sagrou-se vice-campeã do Prêmio Abradee 2022 nas categorias "Gestão Operacional" e "Avaliação pelo Cliente", disputada por empresas com até 500 mil unidades consumidoras. O objetivo da premiação é reconhecer as melhores empresas de distribuição do país por seu desempenho e melhores práticas ao longo do último ano. O Prêmio Abradee, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que já ultrapassa duas décadas desde a sua primeira edição, é realizado em parceria com o Instituto Ethos, o Instituto Inovare de Pesquisa, a Fundação Nacional da Qualidade ("FNQ") e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE"), parceiros independentes e de alta reputação junto ao mercado, conferindo ao Prêmio a credibilidade de suas marcas e a confiabilidade de suas avaliações.

3. SOBRE A COMPANHIA - A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. A Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios em uma área de concessão de 4.994 km². **3.1. Clientes** - Em 2022, foram conectados 2.338 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,97% em relação a 2021), totalizando 121.307 consumidores cativos atendidos.

Classe de consumo	2022	2021
Residencial	74.630	73.214
Rural	33.789	33.208
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707
Industrial	1.776	1.599
Demais classes	1.252	1.241
Total	121.307	118.969
Varição	1,97%	2,13%

3.2. Sistema de distribuição - O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e dimensionado para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2022	2021	Varição (%) 2022/2021
Subestações			
Quantidade	13	13	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	691	0,0
Redes de distribuição próprias (Km)	8.213	8.155	0,7
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	17.597	17.181	2,4
Urbano	1.432	1.423	0,6
Rural	16.165	15.758	2,6
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	414	399	3,9
Urbano	111	109	1,6
Rural	304	290	4,7
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	90.092	89.169	1,0
Urbano	24.271	24.174	0,4
Rural	65.821	64.995	1,3

4. INVESTIMENTOS - A Santa Maria investiu, ao longo do ano de 2022, recursos da ordem de R\$ 14.806 (R\$ 13.767 em 2021). Líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2022	2021	Varição (R\$ mil) 2022/2021	Varição (%) 2022/2021
Linhas e redes de distribuição	14.105	9.426	4.679	49,6
Subestações	111	2.792	(2.681)	-96,0
Sistema de medição	2.608	3.016	(408)	-13,5
Veículos	1.490	902	588	65,2
Outros ativos	1.002	653	349	53,4
Investimento bruto	19.316	16.789	2.527	15,1
(-) Obrigações especiais	(4.510)	(3.022)	(1.488)	49,2
Investimento líquido	14.806	13.767	1.039	7,5

Os investimentos realizados em 2022 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica. Adicionalmente, nos próximos anos, um investimento estimado em R\$ 90.000 irá dobrar a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Santa Maria aos seus consumidores. A obra interligará a Companhia a um dos mais importantes empreendimentos de infraestrutura de energia do Estado do Espírito Santo, a subestação da rede básica João Neiva 2, pertencente ao SIN - Sistema Interligado Nacional. A futura subestação Colatina 2, que será construída para conectar a Santa Maria ao referido empreendimento, deverá superar em tamanho a subestação Henrique Nunes Coutinho, a maior da Companhia até então. A subestação Colatina 2 será interligada por linhas de 138kV à rede básica e por linhas de 69kV ao sistema elétrico existente. Esse novo ponto de suprimento tem por objetivo principal a confiabilidade do sistema elétrico e a garantia de fornecimento de energia aos consumidores da Santa Maria pelos próximos 20 anos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - 5.1. Destaques - Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
Ativo total	R\$mil	265.123	319.339	-16,98%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$mil	49.301	39.812	23,83%
Patrimônio líquido	R\$mil	177.912	176.407	0,85%
Endividamento bruto	R\$mil	1.008	27.576	-96,34%
Endividamento (caixa) líquido	R\$mil	(48.293)	(12.236)	294,68%
Indicadores de resultados	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
Receita operacional bruta	R\$mil	459.294	513.751	-10,60%
Receita operacional líquida	R\$mil	303.912	355.021	-14,40%
EBITDA (Nota 5.4 do Relatório da Administração)	R\$mil	28.803	31.872	-9,63%
EBITDA ajustado (Nota 5.4 do Relatório da Administração)	R\$mil	31.778	34.909	-8,97%
Resultado financeiro	R\$mil	6.797	11.235	-39,50%
Lucro líquido	R\$mil	22.021	25.954	-15,15%
Indicadores relativos	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	10,46	9,83	6,34%

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2. Receita operacional bruta e líquida - A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 459.294 em 2022, contra R\$ 513.751 em 2021, uma redução de R\$ 54.457 (10,6%). A receita operacional líquida diminuiu R\$ 51.109 (14,4%) em 2022, fechando em R\$ 303.912, contra

R\$ 355.021 em 2021. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021	Varição (R\$ mil) 2022/2021	Varição (%) 2022/2021
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	395.760	394.408	1.352	0,3
Ativos e passivos financeiros setoriais	(32.511)	27.046	(59.557)	-220,2
Ganhos na alienação de bens e direitos	226	471	(245)	-52,0
Energia de curto prazo - CCEE	5.230	6.762	(1.532)	-22,7
Valor justo do ativo financeiro indenizável	622	1.992	(1.370)	-68,8
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	66.072	61.875	4.197	6,8
Receita de construção	19.316	16.789	2.527	15,1
Outras receitas operacionais	4.579	4.408	171	3,9
Receita operacional bruta	459.294	513.751	(54.457)	-10,6
(-) Tributos sobre a receita	(93.715)	(121.799)	28.084	-23,1
(-) Encargos setoriais	(61.333)	(36.653)	(24.680)	67,3
(-) Outras deduções	(334)	(278)	(56)	20,1
Receita operacional líquida	303.912	355.021	(51.109)	-14,4

Dentre os fatores que foram determinantes para a redução da receita operacional líquida em 2022, destaca-se, predominantemente, a variação negativa de R\$ 59.557 da receita com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente, principalmente, do volume de recursos faturado com a bandeira tarifária escassez hídrica, vigente até abril de 2022, o qual foi utilizado para amortizar antecipadamente o saldo dos ativos financeiros setoriais reconhecidos durante a crise hídrica de 2021 e recompor o caixa da Companhia. **5.3. Gastos operacionais** - Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) diminuíram R\$ 59.343 (23,8%) em relação a 2021, fechando em R\$ 190.477 contra R\$ 249.820. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 90.906 em 2022, representando um aumento de 14,7% (R\$ 11.676) em relação a 2021, quando o montante registrado foi de R\$ 79.230. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

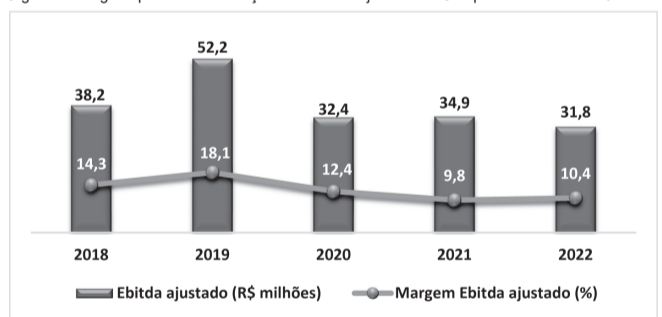
Descrição	2022	2021	Varição (R\$ mil) 2022/2021	Varição (%) 2022/2021
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	190.477	249.820	(59.343)	-23,8
Energia elétrica comprada para revenda	130.972	189.610	(58.638)	-30,9
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	59.505	60.210	(705)	-1,2
Gastos gerenciáveis - Parcela B PMSO	90.906	79.230	11.676	14,7
Pessoal	32.556	26.992	5.564	20,6
Administradores	4.471	4.170	301	7,2
Materiais	3.742	3.205	537	16,8
Serviços de terceiros	13.367	11.595	1.772	15,3
Seguros	477	369	108	29,3
Provisões	1.028	1.129	(101)	-8,9
Tributos	766	328	438	133,5
Gastos diversos	5.934	5.715	219	3,8
Outros gastos operacionais	28.565	25.727	2.838	11,0
Depreciação e amortização	9.249	8.938	311	3,5
Custo de construção	19.316	16.789	2.527	15,1
Total dos gastos operacionais	281.383	329.050	(47.667)	-14,5

A redução dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, da normalização do cenário hídrico em 2022 e a consequente diminuição dos custos de geração de energia elétrica. O incremento observado nos gastos gerenciáveis foi proveniente, principalmente, do aumento das despesas com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2022, que registraram crescimento da ordem de 16,5% (R\$ 8.838) em relação a 2021, especialmente em função do aumento de gastos com pessoal relacionados à ampliação de benefícios e reajustes salariais. **5.4. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos** - Em 2022, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 22.021, contra R\$ 25.954 registrado no ano de 2021, representando uma diminuição de 15,2% ou R\$ 3.933. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 31.778, contra R\$ 34.909 em 2021, uma redução de R\$ 3.131 ou 9%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2022	2021	Varição (R\$ mil) 2022/2021	Varição (%) 2022/2021
Lucro líquido do exercício	22.021	25.954	(3.933)	-15,2
EBITDA	28.803	31.872	(3.069)	-9,6
(+) Participações estatutárias	2.975	3.037	(62)	-2,0
(-) EBITDA ajustado	31.778	34.909	(3.131)	-9,0

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

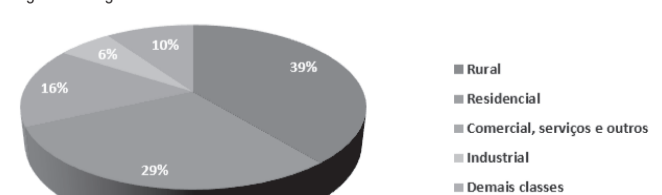
O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



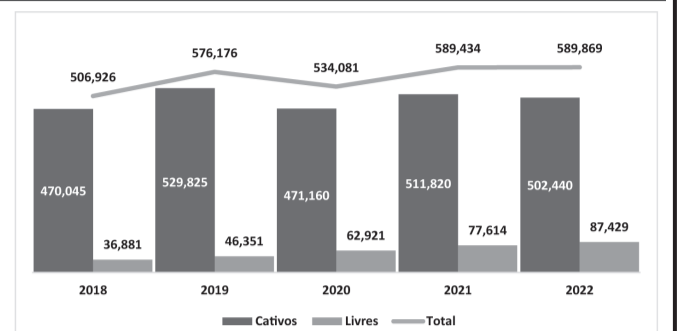
6. DESEMPENHO OPERACIONAL - 6.1. Mercado de distribuição da Santa Maria - Em 2022, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 502,4 GWh, o que representou uma redução de 1,8% em relação a 2021 (511,8 GWh). O desempenho negativo em 2022 é explicado, principalmente, pelo fator climático, com maior volume de chuvas e temperaturas mais amenas ao longo do ano, especialmente de setembro a dezembro, o que impactou no desempenho das classes rural, residencial e comercial, que são as de maior consumo da Companhia, com variações de 0,2%, -0,6% e -2,1%, respectivamente. A classe industrial registrou variação de -24,4% frente a 2021, decorrente, predominantemente, da migração de consumidores cativos para o ambiente de contratação livre, ocorrida em 2022. O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

Classe de consumo	2022	2021	Varição (%) 2022/2021
Rural	195.490	195.119	0,2
Residencial	147.339	148.235	-0,6
Comercial, serviços e outros	79.455	81.181	-2,1
Industrial	30.974	40.952	-24,4
Iluminação pública	18.899	18.710	1,0
Poder público	15.980	14.066	13,6
Serviço público	13.622	12.912	5,5
Consumo próprio	0.681	0.645	5,6
Total	502.440	511.820	-1,8%
Varição	-1,8%	8,6%	

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



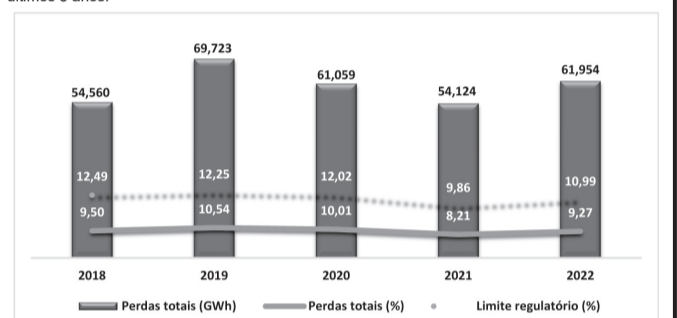
A Companhia encerrou 2022 com 57 consumidores livres (41 em 2021). O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



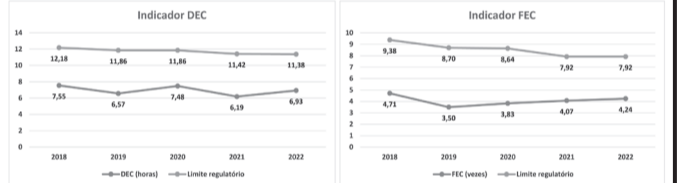
6.2. Perdas - A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de reduzir as ligações clandestinas. Em 2022, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 61,9 GWh, ou 9,3%, contra 54,1 GWh, ou 8,2%, em 2021. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)	Perdas não técnicas (%)	Perdas totais na distribuição (%)	Limite Aneel (%)				
2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
8,11	7,25	0,10	2,02	8,21	9,27	10,99	

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



6.3. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC - Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



6.4. Relacionamento com o cliente - A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 279.767 atendimentos no ano de 2022 (237.985 em 2021), sendo 94.414 por meio da central de atendimento, 14.236 via web site e aplicativo para celular, 58.039 via WhatsApp e 113.078 por meio

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021 - (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Publicado	120.000	2.356	7.968	5.971	26.888	162.183
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	-	961	961
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado	120.000	2.356	7.968	5.971	26.849	163.144
Aumento do capital social	10.000	(2.054)	-	-	(1.887)	6.059
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:	-	-	-	-	-	-
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(81)	(81)
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	-	29.019
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	-	(3.065)	(3.065)
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.145	-	-	-	(3.145)
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.228	-	(1.228)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	1.315	-	-	(1.315)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	8.364	(8.364)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.702)	(7.442)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(7.525)	(11.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado	130.000	3.447	9.013	7.199	26.748	176.407
Aumento do capital social	5.000	(2.468)	-	-	(2.532)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(9.013)	-	9.013	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:	-	-	-	-	-	-
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(144)	(144)
Reservas de incentivos fiscais	-	(529)	-	-	-	(529)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.021
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.751	-	-	-	(1.751)
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.014	-	(1.014)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.371	(2.371)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.958)	(5.625)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.260)	(11.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	135.000	2.201	-	8.213	32.498	177.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km². As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). **1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica** - As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes: Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, desconto, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia. Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço. A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

2 Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, e demais normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia elaborou de forma espontânea a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC, as quais não são requeridas para empresas de capital fechado, sendo apresentada como parte suplementar nas demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas

utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 24); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Nota Explicativa nº 24); (iii) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas Explicativas nº 12.1 e 13); (iv) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 19); (vi) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 9); e (vii) reconhecimento do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos (Nota Explicativa nº 14). **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Redução ao valor recuperável ("impairment")** - Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6. Reapresentação de saldos comparativos** - A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva de saldos apresentados no balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado relativos ao exercício social findo em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 originalmente aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2022. As reapresentações efetuadas alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício e foram tratadas no exercício de 2022 de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:

Balancos patrimoniais - ativo	Ref.	31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Ativo Circulante							
Ativos financeiros setoriais	(a)/(b)	54.910	(12.583)	42.327	14.450	11.874	
Ativos circulantes não impactados		118.527	-	118.527	109.417	109.417	
Total do circulante		173.437	(12.583)	160.854	123.867	121.291	
Não circulante							
Direito de uso de ativos	(c)	-	6.051	6.051	-	7.060	
Ativos não circulantes não impactados		152.434	-	152.434	160.330	160.330	
Total do não circulante		152.434	6.051	158.485	160.330	167.390	
Total do ativo		325.871	(6.532)	319.339	284.197	288.681	

Balancos patrimoniais - passivo	Ref.	31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Passivo Circulante							
Arrendamentos	(c)	-	925	925	-	656	
Encargos setoriais	(b)	14.810	(9.339)	5.471	6.478	4.179	
Passivos circulantes não impactados		113.778	-	113.778	78.967	78.967	
Total do circulante		128.588	(8.414)	120.174	85.445	83.802	
Não circulante							
Arrendamentos	(c)	-	6.332	6.332	-	7.257	
Tributos	(d)	10.578	(4.643)	5.935	10.683	(4.105)	
Tributos diferidos	(d)	-	2.297	2.297	-	2.014	
Passivos não circulantes não impactados		8.194	-	8.194	25.886	25.886	
Total do não circulante		18.772	3.986	22.758	36.569	41.735	
Patrimônio líquido							
Capital social		130.000	-	130.000	120.000	120.000	
Reservas de lucro		48.511	(2.104)	46.407	42.183	43.144	
Total do patrimônio líquido		178.511	(2.104)	176.407	162.183	163.144	
Total do passivo e patrimônio líquido		325.871	(6.532)	319.339	284.197	288.681	

Demonstração do resultado do exercício	Ref.	31/12/2021			31/12/2020		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	357.988	(2.967)	355.021	262.053	(277)	261.776
Custos dos serviços	(b)	(309.960)	234	(309.726)	(218.118)	466	(217.652)
Despesas operacionais		(19.324)	-	(19.324)	(19.014)	-	(19.014)
Resultado financeiro	(c)	11.822	(587)	11.235	4.437	(1.319)	3.118
Impostos	(d)	(8.470)	255	(8.215)	(5.491)	2.091	(3.400)
Participações estatutárias		(3.037)	-	(3.037)	(2.755)	-	(2.755)
Lucro líquido do exercício		29.019	(3.065)	25.954	21.112	961	22.073

Demonstrações dos fluxos de caixa	Ref.	31/12/2021			31/12/2020		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes dos impostos	(a)/(c)	40.526	(3.320)	37.206	29.358	(1.130)	28.228
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa							
Amortização do direito de uso	(c)	-	1.009	1.009	-	1.009	1.009
Ajustes das receitas/despesas não impactados		3.187	-	3.187	6.229	-	6.229
Total		43.713	(2.311)	41.402	35.587	(121)	35.466
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante							
Ativos financeiros setoriais, líquidos	(a)	(37.053)	10.007	(27.046)	(6.238)	277	(5.961)
Varições não impactadas		2.735	-	2.735	32.111	-	32.111
Total		(34.318)	10.007	(24.311)	25.873	277	26.150
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante							
Arrendamentos	(c)	-	(656)	(656)	-	(156)	(156)
Tributos	(d)	413	(255)	158	2.553	(2.091)	462
Encargos setoriais		8.027	(7.040)	987	1.252	-	1.252
Varições não impactadas		(10.173)	-	(10.173)	(7.605)	-	(7.605)
Total		(1.733)	(7.951)	(9.684)	(3.800)	(2.247)	(6.047)
Caixa proveniente das atividades operacionais		7.662	(255)	7.407	57.660	(2.091)	55.569
Imposto de renda e contribuição social	(d)	(8.470)	255	(8.215)	(5.491)	2.091	(3.400)
Caixa líquido das atividades operacionais		(808)	-	(808)	52.169	-	52.169
Caixa líquido das atividades de investimento		(15.074)	-	(15.074)	(9.223)	-	(9.223)
Caixa líquido das atividades de financiamento		10.180	-	10.180	(29.662)	-	(29.662)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	(5.702)	(5.702)	13.284	-	13.284
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.514	-	45.514	32.230	-	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39.812	-	39.812	45.514	-	45.514
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	(5.702)	(5.702)	13.284	-	13.284

Demonstrações dos fluxos de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	
			Reapresentado	Reapresentado	Nota 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		29.326	37.206	28.228	
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa					
Amortização	13	8.975	8.562	8.083	
Amortização do direito de uso	14.1	1.009	1.009	1.009	
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(758)	(3.407)	(722)	
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	26	558	305	76	
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	26	327	(1.510)	(248)	
Resultado com derivativos - Swap	26	4.215	181	(2.470)	
Valor justo do ativo financeiro indenizável	24	(622)	(1.992)	(250)	
Provisões	25	1.028	1.129	378	
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019		-	-	(268)	
Provisão / reversão de provisão - Gratificação administradores		(673)	(81)	1.650	
Total		43.385	41.402	35.466	
Varições nas contas do ativo circulante e não circulante					
Consumidores	6	(3.169)	540	(6.729)	
Concessionárias e permissionárias	16	(172)	-	11.198	
Tributos compensáveis	7	13.055	19.566	11.446	
Almoxarifado operacional	8	(248)	(91)	32	
Despesas pagas antecipadamente	31.1	(130)	(8)	14	
Depósitos judiciais e caução	19.1	46	50	(21)	
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	42.145	(27.046)	(5.961)	
Reembolsos do fundo da CDE	10	19.903	(16.337)	16.202	
Outros ativos	11	(1.329)	(985)	(31)	
Total		70.101	(24.311)	26.150	
Varições nas contas do passivo circulante e não circulante					

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado	Ref.	31/12/2021				31/12/2020				
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Geração do valor adicionado										
Receitas										
Outras receitas	(a)/(b)	112.561	(10.007)	102.554	76.901	(277)	76.624			
Receitas não impactadas		411.197	-	411.197	312.630	-	312.630			
Penalidades DIC/FIC e outras		523.758	(10.007)	513.751	389.531	(277)	389.254			
Provisões		(278)	-	(278)	(201)	-	(201)			
		523.480	(10.007)	513.473	389.330	(277)	389.053			
		(1.129)	-	(1.129)	(378)	-	(378)			
		522.351	(10.007)	512.344	388.952	(277)	388.675			
Insumos adquiridos de terceiros										
Outros gastos operacionais	(c)	(5.603)	(112)	(5.715)	(4.784)	1.118	(3.666)			
Insumos adquiridos de terceiros não impactados		(281.778)	-	(281.778)	(193.460)	-	(193.460)			
		(287.381)	(112)	(287.493)	(198.244)	1.118	(197.126)			
Valor adicionado bruto										
Amortização	(c)	234.970	(10.119)	224.851	190.708	841	191.549			
Valor adicionado líquido		(7.929)	(1.009)	(8.938)	(7.469)	(2.016)	(9.485)			
Valor adicionado líquido		227.041	(11.128)	215.913	183.239	(1.175)	182.064			
Valor adicionado recebido em transferência										
Receitas financeiras		18.553	-	18.553	11.693	-	11.693			
Valor adicionado total a distribuir		245.594	(11.128)	234.466	194.932	(1.175)	193.757			
Distribuição do valor adicionado										
Pessoal										
Pessoal - valores não impactados		25.792	-	25.792	24.272	-	24.272			
		25.792	-	25.792	24.272	-	24.272			
Impostos, taxas e contribuições										
Federais	(d)	53.646	(255)	53.391	40.356	(2.091)	38.265			
Impostos, taxas e contribuições - valores não impactados		83.101	-	83.101	64.179	-	64.179			
		136.747	(255)	136.492	104.535	(2.091)	102.444			
Outras obrigações										
Obrigações intrassetoriais	(b)	43.693	(7.040)	36.653	34.024	-	34.024			
		43.693	(7.040)	36.653	34.024	-	34.024			
Remuneração de capitais de terceiros										
Juros	(c)	5.951	587	6.538	6.870	1.319	8.189			
Aluguéis	(c)	1.355	(1.355)	-	1.364	(1.364)	-			
		7.306	(768)	6.538	8.234	(45)	8.189			
Remuneração de capitais próprios										
Lucros retidos	(a)/(c)/(d)	14.052	(3.065)	10.987	8.084	961	9.045			
Remuneração de capitais próprios - valores não impactados		18.004	-	18.004	15.783	-	15.783			
		32.056	(3.065)	28.991	23.867	961	24.828			
		245.594	(11.128)	234.466	194.932	(1.175)	193.757			

(a) Trata-se dos valores oriundos da exposição entre à variação do preço de compra e o de venda do montante excedente ao limite de 5% da necessidade total de energia da distribuidora. Os valores reapresentados se referem à sobrecontratação dos exercícios de 2019 e 2021 e, por permanência pendentes de tratamento por parte da ANEEL, foram reconhecidos como provisões sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (b) Trata-se da reclassificação do saldo referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias, conforme determinações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021. (c) Em 2022 a Companhia reavaliou seus contratos de locação e concluiu que os contratos existentes continham arrendamento. Desse modo, sob a ótica do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, houve o reconhecimento de um passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso que representam respectivamente os pagamentos estabelecidos nos contratos vigentes e o direito de usufruir os benefícios econômicos gerados pelo ativo subjacente. (d) Refere-se a apuração do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis (perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências).

3 Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis - As práticas contábeis adotadas se encontram descritas em detalhes nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.2. Principais mudanças nas políticas contábeis** - A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), conforme demonstrado abaixo: **3.2.1. Novas normas emitidas** - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data de vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	01/01/2022

3.2.2. Novas normas emitidas e ainda não vigentes - As normas novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Classe de consumo	Valores correntes					Valores renegociados					Total	31/12/2022	31/12/2021		
	Vencidos (i) Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Vencidos Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Mais de 360 dias	PECLD (ii)					
Fornecimento faturado															
Residencial	6.100	4.220	49	28	401	45	88	30	119	(129)	153	10.429	11.477		
Comercial, serviços e outros	3.504	1.501	65	193	467	90	158	43	81	(80)	292	5.290	6.410		
Industrial	1.723	789	4	14	794	9	24	7	429	(401)	68	2.587	4.203		
Rural	1.475	3.014	133	42	162	50	48	34	57	(23)	166	4.799	1.786		
Poder Público	963	9	15	-	7	-	-	-	4	-	2	989	1.211		
Iluminação Pública	766	-	-	-	766	-	-	-	-	-	-	766	1.187		
Serviço Público	901	210	-	-	1.111	4	-	-	-	-	4	1.115	988		
Subtotal	15.432	9.743	266	277	1.831	198	318	114	690	(635)	685	25.975	27.262		
Fornecimento não faturado	14.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.278	9.552		
Serviços cobráveis	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	171		
Participação financeira	654	-	-	-	654	-	-	-	-	-	-	654	810		
Total	30.484	9.743	266	277	1.831	198	318	114	690	(635)	685	41.027	37.795		

Classe de consumo	Valores renegociados					Total	31/12/2022	31/12/2021	Composição	Circulante		Não circulante	
	Vencidos Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (ii)					31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento faturado													
Residencial	45	88	30	119	(129)	153	10.429	11.477	Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	275	-	-
Comercial, serviços e outros	90	158	43	81	(80)	292	5.290	6.410	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	181	-	-
Industrial	9	24	7	429	(401)	68	2.587	4.203	Programa de integração social - PIS	192	85	-	-
Rural	50	48	34	57	(23)	166	4.799	1.786	Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	894	417	-	-
Poder Público	-	-	-	4	(2)	2	989	1.211	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.090	8.071	-	-
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	766	1.187	1.187	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	39	19	-	-
Serviço Público	4	-	-	-	-	988	1.115	988	Instituto nacional de seguridade social - INSS	675	549	-	-
Subtotal	198	318	114	690	(635)	685	25.975	27.262	Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	245	195	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	14.278	9.552	Impostos e contribuições retidos na fonte	1.607	932	-	-
Serviços cobráveis	-	-	-	-	-	-	120	171	Parcelamentos	940	859	5.570	5.935
Participação financeira	-	-	-	-	-	-	654	810	Total	6.682	11.583	5.570	5.935
Total	198	318	114	690	(635)	685	41.027	37.795					

(i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; (ii) Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência segregados pelos parâmetros de: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo o percentual de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo:

Consumidores	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Residencial	0,15%	0,10%	-	-
Industrial	0,11%	0,28%	-	-
Comercial	0,42%	0,03%	-	-
Rural	0,12%	0,04%	-	-
Poder Público	0,00%	0,00%	-	-
Iluminação Pública	0,00%	0,00%	-	-
Serviço Público	0,00%	0,00%	-	-

7 Tributos

7.1 Tributos Correntes - Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Compensáveis				
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	527	82	-	-
Imposto de Renda - IRPJ	448	-	-	-
Programa de integração social - PIS	164	2.665	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	266	11.975	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	711	596	1.154	1.009
Outros	13	12	-	-
Total	2.129	15.330	1.154	1.009

4 Eventos significativos no exercício

4.1. Normativos emitidos em 2022 que impactaram a Companhia - 4.1.1. Lei nº 14.385/2022 - Em 27 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/2022, que disciplina a devolução aos consumidores de energia elétrica, dos valores relacionados às ações judiciais que versam sobre a retirada do ICMS da base do PIS/COFINS. A Lei determinou que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários. Desse modo, as devoluções desses créditos que anteriormente eram feitos pela Companhia mediante crédito individualizado lançado diretamente nas faturas de energia elétrica, passaram a compor, a partir do reajuste tarifário ocorrido em setembro de 2022, a tarifa de energia elétrica. O impacto desta devolução nas tarifas reajustadas foi de -3,48%. **4.1.2. Despacho nº 1.959/2022** - Publicado em 21 de julho de 2022, o Despacho nº 1.959/2022, fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE, a serem repassados, no exercício de 2022, às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, referentes aos montantes aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Conforme definido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Resolução CNPE nº 15/2021 prevê aportes anuais à CDE a serem realizados pela Eletrobras após sua desestatização até 2047. O repasse realizado no exercício de 2022, fixado por meio do Despacho nº 1.959/2022, foi de R\$ 8.064 e contribuiu com uma redução de 2,63% nas tarifas da Companhia. **4.1.3. Lei Complementar nº 194/2022** - A Lei Complementar nº 194/2022, de 23 de junho de 2022, introduziu alterações significativas no Código Tributário Nacional (CTN - Lei nº 5.172/1966) e na Lei Kandir (LC nº 87/1996) ao reconhecer como essenciais os serviços relacionados à energia elétrica. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 17% nas transações abrangidas pela referida lei. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS. **4.2. Assuntos regulatórios - 4.2.1. Reajuste tarifário anual de 2022** - Por meio da Resolução Homologatória nº 3.105, de 20 de setembro de 2022, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em 20,04%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria. Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 15,50% enquanto a variação de custos de Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros foram responsáveis pelo aumento de 2,42% e 2,12% na tarifa, respectivamente. As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2022 a 21 de setembro de 2023. **4.2.2. Bandeiras tarifárias** - A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, revogada pela Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com a finalidade de repassar aos consumidores os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente. Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.0

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. (c) **Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços:** Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. (d) **Parcelamentos:** O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos dos impostos federais decorrente da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reparaçao desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic. **7.2 Tributos Diferidos** - Se referem ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante			Passivo não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social	2.703	2.346	2.091	4.715	4.643	4.105
Total	2.703	2.346	2.091	4.715	4.643	4.105

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos créditos	Nota	Ativo não circulante			Passivo não circulante		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Diferenças temporárias							
PECLD		2.219	1.948	1.844	-	-	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		121	398	247	-	-	
Ressarcimento de benefício		363	-	-	-	-	
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	-	-	-	4.715	4.643	
Total das diferenças temporárias		2.703	2.346	2.091	4.715	4.105	
Compensação entre ativos e passivos diferidos		(2.703)	(2.346)	(2.091)	(2.703)	(2.091)	
Total		-	-	-	2.012	2.014	

(a) Refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045.

8 Almoxarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 1.740 (R\$ 1.492 em 2021) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação	1.322	1.239
Adiantamentos a fornecedores	413	248
Outros	5	5
Total	1.740	1.492

9 Ativos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização. No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados do valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Saldos iniciais	42.327	11.874	5.191
Constituição	(57.603)	6.230	33.117
Amortização	25.092	20.816	(5.250)
Atualização	758	3.407	722
Recebimento Conta Covid	-	-	(21.906)
Recebimento Conta Escassez Hídrica	(3.757)	-	-
Devolução dos créditos PIS/COFINS	(6.500)	-	-
Outros financeiros	623	-	-
Saldos finais	940	42.327	11.874

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Resultado financeiro				Recebimento Escassez Hídrica (vii)	Créditos de PIS/COFINS (viii)	Outros itens financeiros (ix)	Saldos em 31/12/2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (v)
	Receita operacional líquida	Amortização	Atualização	Saldos em 31/12/2021							
Ativos financeiros setoriais líquidos	42.327	(57.603)	25.092	758	(3.757)	(6.500)	623	940	(6.400)	7.427	(87)
Itens da Parcela A (i)	55.580	(18.459)	(21.560)	1.525	(3.757)	-	-	13.329	(2.744)	16.160	(87)
Aquisição de energia	32.607	(25.306)	(8.333)	(1.448)	(1.397)	-	-	(3.877)	(5.211)	743	591
Proinfa	710	1.922	(1.162)	286	-	-	-	1.756	(144)	1.996	(96)
Transporte rede básica	1.926	1.327	(1.877)	233	-	-	-	1.609	930	608	71
Transporte Itaipu	351	781	(390)	154	-	-	-	896	436	461	(1)
ESS	20.443	(10.746)	(5.835)	410	(2.360)	-	-	1.912	94	1.961	(143)
CDE	(457)	13.563	(3.963)	1.890	-	-	-	11.033	1.151	10.391	(509)
Componentes financeiros	(13.253)	(39.144)	46.652	(767)	(6.500)	623	(12.389)	(3.656)	(8.733)	(8.733)	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	(3.961)	94	3.883	93	-	-	-	109	(2.573)	2.682	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.872	2.223	(1.049)	(30)	-	-	-	4.016	300	3.716	-
Outros itens financeiros	-	(12.123)	5.223	(636)	-	(6.500)	623	(13.413)	104	(13.517)	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	(745)	(382)	451	(41)	-	-	-	(717)	(365)	(352)	-
Excedente de reativos (iv)	(2.080)	(1.573)	1.424	(153)	-	-	-	(2.382)	(1.120)	(1.262)	-
Bandeiras Tarifárias (vi)	(9.339)	(27.383)	36.720	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais líquidos	42.327	(57.603)	25.092	758	(3.757)	(6.500)	623	940	(6.400)	7.427	(87)

	Resultado financeiro				Recebimento Escassez Hídrica (vii)	Créditos de PIS/COFINS (viii)	Outros itens financeiros (ix)	Saldos em 31/12/2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (v)
	Receita operacional líquida	Amortização	Atualização	Saldos em 01/01/2021							
Ativos financeiros setoriais líquidos	11.874	6.230	20.816	3.407	(42.327)	33.787	8.508	32	32	32	32
Itens da Parcela A (i)	17.608	43.217	(8.915)	3.670	55.580	40.477	15.071	32	32	32	32
Aquisição de energia	13.692	21.896	(5.453)	2.472	32.607	24.803	7.790	34	34	34	34
Proinfa	19	775	(141)	57	710	308	399	3	3	3	3
Transporte rede básica	703	1.680	(579)	122	1.926	324	1.604	(2)	(2)	(2)	(2)
Transporte Itaipu	125	335	(121)	12	351	144	206	19	19	19	19
ESS	1.986	19.309	(1.935)	1.083	20.443	15.340	5.084	1	1	1	1
CDE	1.083	(778)	(686)	(76)	(457)	(442)	(12)	3	3	3	3
Componentes financeiros	(5.734)	(36.987)	29.731	(263)	(13.253)	(6.690)	(6.563)	32	32	32	32
Neutralidade da Parcela A (ii)	(865)	(2.400)	(540)	(156)	(3.961)	957	(4.918)	3	3	3	3
Sobrecontratação de energia (iii)	(114)	1.801	1.176	9	2.872	3.259	(387)	3	3	3	3
Outros itens financeiros	164	-	(147)	(17)	-	-	-	3	3	3	3
Ultrapassagem de demanda (iv)	(785)	(311)	389	(38)	(745)	(429)	(316)	3	3	3	3
Excedente de reativos (iv)	(1.835)	(1.162)	978	(61)	(2.080)	(1.138)	(942)	3	3	3	3
Bandeiras Tarifárias (vi)	(2.299)	(34.915)	27.875	-	(9.339)	(9.339)	-	3	3	3	3
Total dos ativos financeiros setoriais líquidos	11.874	6.230	20.816	3.407	(42.327)	33.787	8.508	32	32	32	32

(i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia ("MME") e de Estado da Fazenda ("MF") nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic. (ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic. (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda ("UD") e Excedente de Reativos ("ER"), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A - Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0C, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 01 de fevereiro de 2022. (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada. (vi) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias. (vii) Conta Escassez Hídrica: refere-se ao montante recebido com o objetivo de minimizar os impactos financeiros decorrentes dos custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia durante o período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022. (viii) Devolução dos créditos de PIS/COFINS: refere-se à antecipação da devolução, por meio da tarifa de energia elétrica, do saldo dos créditos a compensar junto à Receita Federal (Nota Explicativa nº 4.1.1). (ix) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.

10 Reembolsos do fundo da CDE

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Subsídio Irrigante/Aquicultor	(a)	751	12.635
Subsídio Rural	(a)	700	2.788
Subsídio Carga Fonte Incentivada	(a)	756	2.129
Subsídio Residencial Baixa Renda	(a)	727	602
Subsídio Geração Fonte Incentivada	(a)	57	(28)
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	(a)	(23)	(50)
Bônus por redução de consumo	(b)	-	5.122
Total		2.968	23.198

(a) Refere-se ao saldo líquido a receber e/ou devolver relativo à diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e de uso dos sistemas elétricos de distribuição e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. As diferenças reconhecidas são ajustadas no processo tarifário subsequente da Companhia. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da CCEE, gestora do fundo. Os valores a serem repassados à Companhia, no exercício de 2022, foram homologados pela ANEEL por meio das seguintes Resoluções:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.933/21	Set/21 a Set/22	5.635
ANEEL nº 3.105/22	Set/22 a Set/23	3.499

(b) Refere-se ao saldo pendente de ressarcimento relativo ao bônus concedido aos consumidores que atingiram a meta proposta pelo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, instituído por meio da Resolução CREG nº 2, de 31 de agosto de 2021. O saldo em aberto foi integralmente recebido no dia 09 de março de 2022.

11 Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito com empregados		203	155	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	203	188	-	-
Arrecadação da CIP *	(a)	8	91	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	115	110	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	1.195	787
Outros		301	147	-	-
Total		830	691	1.195	787

* Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública. (a) Refere-se à remuneração da Companhia (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida", no resultado do exercício, e revertidas para a modalidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B. (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica "Outros passivos não circulantes" (Nota Explicativa nº 22), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

12 Concessão do serviço público

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC 01 (ITG 01) - Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação ICPC 01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público. Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo Poder Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários. **12.1. Ativo financeiro indenizável** - O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição ("VNR"), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") ao final do prazo contratual da concessão. Tal valor representa um crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização e pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, e está classificado no ativo não circulante da Companhia como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 5º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações. O valor reconhecido, as alterações no valor justo e as taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, não havendo, portanto, obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	Ref.	R\$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2021		6.381
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	1.992
Adições por transferências do intangível		1.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021		10.126
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	622
Adições por transferências do intangível		2.065
Saldo em 31 de dezembro de 2022		12.813

(a) Em 2021, com base no laudo de avaliação referente ao 5º Ciclo de Revisão Tarifária, a Companhia registrou um aumento do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.051. Esse aumento, juntamente com a atualização monetária no montante de R\$ 941 foi registrado a título de valor justo do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica de "Receita operacional líquida" (Nota Explicativa nº 2

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado direito de uso					
Edificações (a)	9.075	(4.033)	5.042	6.051	6.051
Total	9.075	(4.033)	5.042	6.051	6.051

14.2. Passivo de arrendamentos - O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Vencimento	Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)	Circulante	Não circulante	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Edificações	06/12/2027	Mensal	7,99%	1.080	5.252	6.332	7.257	7.913

(a) A Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes. A movimentação do arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	656	7.257	7.913
Ingressos	-	-	-
Encargos	588	-	588
Amortizações (principal e encargos)	(1.244)	-	(1.244)
Transferências	925	(925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	925	6.332	7.257
Ingressos	-	-	-
Encargos	528	-	528
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)
Transferências	1.080	(1.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.080	5.252	6.332

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2022, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2022
2024	1.531
2025	1.531
2026	1.530
2027	1.530
Valores não descontados	6.122
Juros embutidos	(870)
Saldo do passivo de arrendamento	5.252

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	16.845	19.087
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	5.856	4.835
Materiais e serviços	2.652	790
Total	25.353	24.712

16. Concessionárias e permissionárias
Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2022.

Composição	Ativo Circulante	Passivo Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento - CCEE - MCP (a)	172	-	9.361	9.361
Total	172	-	9.361	9.361

(a) As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência. A redução dos valores liquidados no mercado de curto prazo se deu principalmente em função da normalização do cenário hídrico durante o exercício de 2022.

Operação	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional	1.008	12.200
Moeda estrangeira (a)	-	15.376
Total	1.008	27.576
Circulante	640	26.568
Não circulante	368	1.008

(a) O contrato em moeda estrangeira possui instrumento financeiro derivativo de proteção cambial (swap), cedido fiduciariamente para garantia da operação e foi integralmente liquidado em setembro de 2022. (Nota Explicativa nº 28.1e).

Operação	Venci-mento	Características da operação	Custo da dívida	Periodi-cidade de amorti-zação		Taxa de juros a.a.	Circu-lante	Não circulan-te	Total
				amorti-zação	Garan-tias reais				
Moeda nacional				640	368		640	368	1.008
Banco do Brasil									
S.A. - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	-	6	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Fiança	Pré-fixado	3,50%	14	-	14	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Fiança	Pré-fixado	3,50%	159	-	159	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Fiança	Pré-fixado	3,50%	28	-	28	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	15	43	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	5	15	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	15	41	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	11	31	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	27	56	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	15	32	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	4	8	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	5	11	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	21	44	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	244	510	
Banco do Brasil			Aval/						
S.A. - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	6	11	
Total						640	368	1.008	

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.397	2.050	3.447
Ingressos	24.900	-	24.900
Encargos	755	-	755
Amortizações (principal e encargos)	(1.526)	-	(1.526)
Transferências	1.042	(1.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.568	1.008	27.576
Encargos	2.574	-	2.574
Amortizações (principal e encargos)	(29.142)	-	(29.142)
Transferências	640	(640)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	640	368	1.008

Composição	2024	2025	Total
Parcelas do não circulante	367	1	368

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	913	699
Previdência privada	193	159
Férias a pagar	3.441	2.627
Tributos retidos na fonte	502	344
Consignações em favor de terceiros	86	72
Participações estatutárias	4.707	4.807
Outros	7	-
Total	9.849	8.708

(a) Referem-se às instalações da sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia. Os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e por esse motivo, submetidos a anuência prévia da ANEEL (Nota Explicativa nº 30). A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2021	Depreciação	Valor líquido 31/12/2022
Direito de uso			
Edificações	6.051	(1.009)	5.042
Total do Direito de uso	6.051	(1.009)	5.042

Movimentação	Valor líquido em 01/01/2021	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2021
Direito de uso			
Edificações	7.060	(1.009)	6.051
Total do Direito de uso	7.060	(1.009)	6.051

(a) A Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes. A movimentação do arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	656	7.257	7.913
Ingressos	-	-	-
Encargos	588	-	588
Amortizações (principal e encargos)	(1.244)	-	(1.244)
Transferências	925	(925)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	925	6.332	7.257
Ingressos	-	-	-
Encargos	528	-	528
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)
Transferências	1.080	(1.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.080	5.252	6.332

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2022, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2022
2024	1.531
2025	1.531
2026	1.530
2027	1.530
Valores não descontados	6.122
Juros embutidos	(870)
Saldo do passivo de arrendamento	5.252

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	16.845	19.087
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	5.856	4.835
Materiais e serviços	2.652	790
Total	25.353	24.712

16. Concessionárias e permissionárias
Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2022.

Composição	Ativo Circulante	Passivo Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento - CCEE - MCP (a)	172	-	9.361	9.361
Total	172	-	9.361	9.361

(a) As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência. A redução dos valores liquidados no mercado de curto prazo se deu principalmente em função da normalização do cenário hídrico durante o exercício de 2022.

Operação	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional	1.008	12.200
Moeda estrangeira (a)	-	15.376
Total	1.008	27.576
Circulante	640	26.568
Não circulante	368	1.008

(a) O contrato em moeda estrangeira possui instrumento financeiro derivativo de proteção cambial (swap), cedido fiduciariamente para garantia da operação e foi integralmente liquidado em setembro de 2022. (Nota Explicativa nº 28.1e).

Operação	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional	1.008	12.200
Moeda estrangeira (a)	-	15.376
Total	1.008	27.576
Circulante	640	26.568
Não circulante	368	1.008

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.397	2.050	3.447
Ingressos	24.900	-	24.900
Encargos	755	-	755
Amortizações (principal e encargos)	(1.526)	-	(1.526)
Transferências	1.042	(1.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.568	1.008	27.576
Encargos	2.574	-	2.574
Amortizações (principal e encargos)	(29.142)	-	(29.142)
Transferências	640	(640)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	640	368	1.008

Composição	2024	2025	Total
Parcelas do não circulante	367	1	368

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	913	699
Previdência privada	193	159
Férias a pagar	3.441	2.627
Tributos retidos na fonte	502	344
Consignações em favor de terceiros	86	72
Participações estatutárias	4.707	4.807
Outros	7	-
Total	9.849	8.708

(a) Representa o valor disponibilizado aos consumidores, mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas faturas de energia elétrica no período. (b) Refere-se ao montante incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, como componente financeiro negativo, nos termos da Lei nº 14.385/2022. (Nota explicativa nº 4.1 e Nota explicativa nº 9). (c) Refere-se às despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil. Os valores devolvidos, no Reajuste Tarifário Anual de 2022, não se encontram líquidos das custas processuais e honorários advocatícios relacionados a ação, em conformidade com art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.385/2022 que determinou a devolução total do crédito utilizado em compensação perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a repassar	(a)	1.803	1.574	-	-
Prêmios de seguros		164	172	-	-
Ressarcimento de benefício	(b)	229	-	84	

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

Receita operacional	Número de consumidores			MWh			R\$ mil		27 Imposto de renda e contribuição social
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Fornecimento de energia elétrica									
Fornecimento faturado									
Residencial	74.630	73.214	71.828	147.339	148.235	148.020	69.391	73.977	53.687
Industrial	1.776	1.599	1.429	30.974	40.952	40.519	15.267	21.215	15.560
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707	9.385	79.455	81.181	78.015	38.937	41.498	29.363
Rural	33.789	33.208	32.611	195.490	195.119	160.008	55.830	51.405	29.823
Poder público	962	984	999	15.980	14.067	12.706	7.308	6.592	4.365
Iluminação pública	55	45	24	18.899	18.710	18.586	5.277	6.403	4.046
Serviço público	188	181	177	13.622	12.912	12.676	6.477	6.588	4.695
Consumo próprio	27	31	30	681	644	630	-	-	-
Total do fornecimento faturado	121.307	118.969	116.483	502.440	511.820	471.160	198.487	207.678	141.539
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.205	627	411
Total do fornecimento de energia elétrica	121.307	118.969	116.483	502.440	511.820	471.160	199.692	208.305	141.950
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD									
TUSD faturada - Consumidores cativos									
Residencial	-	-	-	-	-	-	60.281	60.612	54.715
Industrial	-	-	-	-	-	-	12.091	14.156	12.984
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	-	-	33.595	33.160	28.405
Rural	-	-	-	-	-	-	52.634	45.591	33.032
Poder público	-	-	-	-	-	-	6.511	5.675	4.711
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	4.620	4.480	3.993
Serviço público	-	-	-	-	-	-	4.602	4.453	3.928
TUSD faturada - Consumidores livres	57	41	38	87.429	77.614	62.921	18.117	18.218	13.424
TUSD faturada - Agentes de geração	3	3	3	-	-	-	96	110	102
Total da TUSD faturada	60	44	41	87.429	77.614	62.921	192.547	186.455	155.294
TUSD não faturada	-	-	-	-	-	-	3.521	(352)	1.339
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	60	44	41	87.429	77.614	62.921	196.068	186.103	156.633
Outras receitas operacionais									
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	-	-	5.230	6.762	2.609
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 9)	-	-	-	-	-	-	(32.511)	27.046	27.867
Serviços cobráveis	-	-	-	-	-	-	727	802	343
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	-	-	66.072	61.875	42.779
Receita de construção (c)	-	-	-	-	-	-	19.316	16.789	14.047
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	-	-	2.551	2.245	1.734
Arrecadação de convênios	-	-	-	-	-	-	1.044	936	806
Valor justo do ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 12.1)	-	-	-	-	-	-	622	1.992	250
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	226	471	189
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	257	425	47
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	63.534	119.343	90.671
Receita operacional bruta	121.367	119.013	116.524	589.869	589.434	534.081	459.294	513.751	389.254
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
PIS	-	-	-	-	-	-	(6.276)	(6.952)	(5.230)
COFINS	-	-	-	-	-	-	(28.907)	(32.024)	(24.090)
ICMS	-	-	-	-	-	-	(58.425)	(82.738)	(63.864)
ISSQN	-	-	-	-	-	-	(107)	(85)	(69)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	-	-	(93.715)	(121.799)	(93.253)
Encargos do consumidor									
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)	(1.227)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)	(1.227)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	-	(58.140)	(32.937)	(30.641)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	-	-	(377)	(358)	(358)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	(571)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	(61.333)	(36.653)	(34.024)
Outras deduções									
Penalidades DIF/FIC e outras	-	-	-	-	-	-	(334)	(278)	(201)
Total de outras deduções	-	-	-	-	-	-	(334)	(278)	(201)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	-	-	(155.382)	(158.730)	(127.478)
Receita operacional líquida	121.367	119.013	116.524	589.869	589.434	534.081	303.912	355.021	261.776

(a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializadas no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia. (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda. (c) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

25 Custos dos serviços e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Custos dos serviços			Despesas operacionais	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2020		
		Com energia elétrica	De operação	De Prestados a Terceiros		Total	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6		
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	130.972	-	-	-	130.972	189.610	131.080	130.972	189.610	131.080	130.972	189.610	131.080
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	25.1	59.506	-	-	-	59.506	60.210	34.613	59.506	60.210	34.613	59.506	60.210	34.613
Pessoal e administradores	25.2	-	23.898	-	23.898	13.129	37.027	29.395	13.129	37.027	29.395	13.129	37.027	29.395
Materiais	-	-	3.485	-	3.485	257	3.742	3.046	257	3.742	3.046	257	3.742	3.046
Serviços de terceiros	25.3	-	10.549	-	10.549	2.818	13.367	10.294	10.549	13.367	10.294	10.549	13.367	10.294
Depreciação e Amortização	25.4	-	8.246	-	8.246	1.003	9.249	9.485	8.246	9.249	9.485	8.246	9.249	9.485
Seguros	-	-	477	-	477	-	477	380	477	477	380	477	477	380
Provisões	-	-	1.028	-	1.028	-	1.028	378	1.028	1.129	378	1.028	1.129	378
Tributos	-	-	482	-	482	284	766	282	482	328	282	482	328	
Custo de construção	-	-	-	19.316	19.316	-	19.316	16.789	19.316	16.789	14.047	19.316	16.789	14.047
Outros gastos	-	-	988	-	988	4.946	5.934	3.666	988	5.715	3.666	988	5.715	3.666
Total		190.477	49.153	19.316	258.946	22.437	281.383	329.050	190.477	329.050	236.666	190.477	329.050	236.666

25.1. Custo com energia elétrica

Composição

Composição	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2020		
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil	
Energia elétrica comprada para revenda	650.152	130.972	635.902	635.902	559.223	131.080	650.152	130.972	
Suprimento de Energia Elétrica	650.152	144.307	635.902	203.328	559.223	142.931	650.152	144.307	
Energia Bilateral	100.017	22.063	105.228	21.090	151.709	35.933	100.017	22.063	
Energia de Leilão	164.561	36.216	159.584	44.090	188.267	38.198	164.561	36.216	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfra	12.118	8.048	11.639	5.106	12.305	4.169	12.118	8.048	
Energia de curto prazo - CCEE	-	(937)	-	54.424	17.392	-	-	(937)	
Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos - MCSO	92.608	18.893	64.114	12.165	1.736	320	92.608	18.893	
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	21.867	7.475	24.127	5.553	17.851	4.958	21.867	7.475	
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	141.923	18.161	144.518	16.718	94.945	10.438	141.923	18.161	
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	117.058	34.389	126.692	44.182	92.410	31.523	117.058	34.389	
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(13.335)	-	(13.718)	-	(11.851)	-	(13.335)	
PIS	-	(2.379)	-	(2.447)	-	(2.114)	-	(2.379)	
COFINS	-	(10.956)	-	(11.271)	-	(9.737)	-	(10.956)	
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	59.506	-	60.210	-	34.613	-	59.506	
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	65.480	-	66.347	-	38.068	-	65.480	
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	40.684	-	39.568	-	31.766	-	40.684	
Transporte Itaipu	-	3.255	-	3.650	-	2.701	-	3.255	
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	13.160	-	21.155	-	984	-	13.160	
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	8.381	-	1.974	-	2.617	-	8.381	
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(5.975)	-	(6.137)	-	(3.455)	-	(5.975)	
PIS	-	(1.066)	-	(1.095)	-	(617)	-	(1.066)	
COFINS	-	(4.909)	-	(5.042)	-	(2.838)	-	(4.909)	
Total	650.152	190.477	635.902	249.820	559.223	165.693	650.152	190.477	

26 Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

Composição	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2020		
	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6	
Pessoal	32.556	25.992	25.380	32.556	25.992	25.380	32.556	25.992	
Remuneração	20.584	16.654	16.071	20.584	16.654	16.071	20.584	16.654	
INSS	5.796	4.742	4.519	5.796	4.742	4.519	5.796	4.742	

»»» Continuação EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

(e) Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos - O principal instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*. A Companhia contratou em 2021 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em setembro de 2022, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*. O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nacional), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional EUR	Nacional R\$	Valor justo	Efeito no resultado	31/12/2021
					29/09/2021	29/09/2021	29/09/2022	31/12/2022	
Ativo	Itaú Unibanco S/A	29/09/2021	29/09/2022	100% EURO PTAX Venda + 1,87% a.a.	2.392	15.000	12.650	(2.545)	195
Passivo				CDI + 2,50% a.a.			(17.046)	(1.670)	(376)
					2.392	15.000	(4.396)	(4.215)	(181)

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado. **(f) Análise de sensibilidade** - A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício. • Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. • Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador/ Taxa de juros a.a.	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,65%	45.494	6.210	(1.552)	(3.105)

29 Benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar. Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Conseqüentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço. As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 1.035 em 2022 (R\$ 886 em 2021).

30 Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2022	2021	2022	2021	
Santa Maria Participações S/A	Arrendamentos	(a)	-	-	(1.537)	(1.596)	2024
Total - Arrendamentos			-	-	(1.537)	(1.596)	
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(7.332)	(5.615)	2024
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	10	-	2045
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	7	10	2045
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	(d)	-	-	(306)	-	2023
Total - Prestação de serviços			-	-	(7.621)	(5.605)	
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(e)	(1.723)	(1.357)	(22.063)	(21.090)	2034
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Encargo de Transmissão	(f)	-	-	96	110	2045
Total - Operações com energia elétrica			(1.723)	(1.357)	(21.967)	(20.980)	
Total			(1.723)	(1.357)	(31.125)	(28.181)	

(a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas). (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas). (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de manutenção elétrica e treinamentos técnicos, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V - Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas). (e) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020. (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD. • Remuneração dos Administradores - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Honorários		3.360	3.139
INSS		672	628
FCTS		203	190
Previdência privada		236	213
Participações estatutárias	(a)	2.975	3.037
Total		7.446	7.207

(a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores,

baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias - originalmente publicado	24.996	32.056
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.751)	(3.145)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(1.315)
Ajuste Lei 6.404/76 - Art. 152 § 1º	-	(3.866)
Lucro líquido do exercício ajustado	23.245	23.730
Participações estatutárias (10%)	2.324	2.324
INSS sobre participações estatutárias (20%)	465	474
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	186	190
Participações estatutárias	2.975	3.037

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.** Colatina - ES
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** - **Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das cifras do ano anterior** - Os exames das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificação, com datas de 18 de fevereiro de 2022 e 12 de março de 2021, respectivamente. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, auditamos também a

correção de erro nos valores correspondentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descrito na Nota Explicativa nº 2.6, que em nossa opinião está apropriado e foi adequadamente efetuado, em todos os aspectos relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Risco operacional	(a)	29/09/2023	70.766	64.603
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2023	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	29/09/2023	2.000	2.000
Total			74.766	68.603

(a) Cobertura securitária das substestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia. (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia. (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia. **31.1. Despesas pagas antecipadamente** - A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Risco operacional	243	161
Responsabilidade civil	22	15
Frota	74	33
Total	339	209

32 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2024 a 2054	135.346	130.547	125.747	121.170	121.170	121.170	2.128.763

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2022, e foram homologados pela ANEEL.

33 Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, ICPIC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Miguel Coutinho Coelho da Silva - Vice-Presidente
Renata Barbieri Coutinho - Conselheira

Fernando Antonio Moreira Calaes - Conselheiro
Angelo Arpini Coutinho Filho - Conselheiro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130 - Em: 14/04/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

378 BALANCO S MARIA LUZ E FORCA 14-04-23.pdf

Código do documento: 378



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

14 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 378

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:01:00-0300

14 abr. 2023, 00:11:24 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:11:24-0300

14 abr. 2023, 00:11:47 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-04-13T21:11:47-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 8417c5887eaaf6057994bc7b6997a126d14048347d163544cce889a7faf4e908

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB